

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS





POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS DA CLÍNICA SÃO JOÃO DE DEUS

1. DADOS PESSOAIS E SEU TRATAMENTO	3
2. QUE DADOS RECOLHEMOS	5
3. PESSOAL AUTORIZADO A ACEDER AOS SEUS DADOS	8
5. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS	9
6. CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SUA SEGURANÇA	10
7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS	11
8. MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS.....	12
9. DIREITO A RECLAMAR	13
10. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS	13



No âmbito da prestação dos seus serviços a Clínica São João de Deus (doravante designada por CSJD) necessita de tratar dados pessoais dos seus utentes. Com o objetivo de proteger a privacidade e a segurança de todos os seus utentes, a CSJD instituiu uma política de privacidade que visa regular e tornar pública a gestão de todos os dados pessoais, identificar os dados que tratamos, como e por que motivo os usamos, a quem os divulgamos e como os protegemos. O preenchimento dos nossos formulários e o fornecimento, direto ou indireto, de dados pessoais pressupõe o conhecimento e a aceitação destas condições.

1. DADOS PESSOAIS E SEU TRATAMENTO

A CSJD é a responsável pela recolha, pelos dados e pelo seu tratamento no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Nos termos do nº 7 do art. 4º do Regulamento n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) são dados pessoais quaisquer informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados), de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem. É considerada identificável a pessoa cuja identidade possa ser associada, direta ou indiretamente, a elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Os dados pessoais que se revistam de particular sensibilidade (ex. origens raciais ou étnicas, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, vida sexual orientação sexual ou saúde) são classificados pelo RGPD como especiais.

Em concreto, os dados de saúde integram os dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de pessoa singular, mas também a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde passado, presente ou futuro.

Incluem-se nesta categoria:



- a) Qualquer número, símbolo ou sinal particular atribuído a uma pessoa singular para a identificar de forma inequívoca para fins de cuidados de saúde;
- b) As informações obtidas a partir de análises ou exames de uma parte do corpo ou de uma substância corporal, incluindo a partir de dados genéticos e amostras biológicas;
- c) Quaisquer informações sobre uma doença, deficiência, um risco de doença, historial clínico, tratamento clínico ou estado fisiológico ou biomédico do titular de dados, independentemente da sua fonte (médico ou outro profissional de saúde, um hospital, um dispositivo médico ou um teste de diagnóstico *in vitro*);

Nestas circunstâncias o tratamento de dados carece de consentimento explícito do seu titular.

Este consentimento será dispensado nas situações em que o tratamento seja necessário:

- a) Para o cumprimento de obrigações e exercício de direitos específicos do responsável pelo tratamento ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, segurança social e de proteção social;
- b) Para proteger interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, sempre que o titular dos dados esteja física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;
- c) À declaração ou à defesa num processo judicial ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- d) Por motivos de interesse público importante, nomeadamente, no domínio da saúde pública;
- e) Para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho, para avaliação da capacidade de trabalho do empregado, o diagnóstico médico, a prestação de cuidados de saúde e de ação social ou a gestão de sistemas e serviços de saúde ou de ação social;
- f) Para efeitos de arquivo de interesse público ou investigação científica.

Não será igualmente necessário o consentimento nas situações em que o tratamento se refira a dados pessoais que tenham sido manifestamente tornados públicos pelo seu titular.



2. QUE DADOS RECOLHEMOS

A CJSD recolhe e trata os dados pessoais necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados, para o ensino e investigação clínica. Os dados pessoais poderão ser recolhidos diretamente ou recebidos de outra instituição prestadora de cuidados de saúde.

Por serem imprescindíveis ao cumprimento das finalidades da CSJD, alguns destes dados são de fornecimento obrigatório por parte do seu titular. Estão nessa condição os dados de identificação pessoal, bem como os dados de saúde que se mostrem imprescindíveis à prestação dos cuidados assistenciais.

A recolha de dados pessoais de menores de 16 anos está dependente do consentimento dos respetivos pais/responsáveis pela tutela parental. Para o efeito serão solicitados ao(s) titular(es) da(s) responsabilidade(s) parentais os seus dados pessoais e o seu consentimento para tratamento de dados pessoais dos menores em causa.

Para além do consentimento para participação em estudos observacionais ou ensaios clínicos específicos, o titular dos dados pessoais poderá prestar o seu consentimento de forma mais abrangente, autorizando o acesso aos seus dados pessoais, nos quais se incluem os de saúde, para efeitos de investigação académica cujos projetos tenham sido autorizados pela Comissão de Ética da CSJD.

CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS	MOMENTO DA RECOLHA DOS DADOS	FINALIDADE/ JUSTIFICAÇÃO
Dados de identificação, contacto e faturação: nome, data de nascimento, sexo, número de telefone/telemóvel, e-mail, NIF, NISS, Nº do Cartão de Utente, país, distrito e concelho de nascimento, profissão, situação profissional, centro de saúde, médico de família, estado civil, nome do pai, nome da mãe (caso Cliente seja menor), dados relacionados com o seu seguro ou subsistema de saúde (quando pretenda que os serviços prestados pela Unidade de Saúde sejam abrangidos pelos mesmos)	Quando é criada a ficha de Cliente, seja pessoalmente no balcão ou através de meios telefónicos ou informáticos	Prestação de cuidados de saúde
Número de cliente (informação cifrada que permite ao sistema identificar o Cliente)	Quando é criada a ficha de Cliente.	Prestação de cuidados de saúde



CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS	MOMENTO DA RECOLHA DOS DADOS	FINALIDADE/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Informações sobre as suas marcações, consultas ou exames (incluindo a Unidade de Saúde, a data e hora da marcação, a especialidade do médico, o exame a realizar/realizado, dados constantes da prescrição médica, entre outros necessários à prestação dos serviços)</p>	<p>Quando efetua uma marcação/quando solicita informações através dos vários canais disponibilizados (e-mail, telefone, app, etc).</p>	<p>Prestação de cuidados de saúde</p>
<p>Informações recolhidas em teleconsultas (poderá ser recolha de imagem, voz, dados de tráfego, e informações sobre a sua saúde)</p>	<p>Quando realiza uma teleconsulta (podendo incluir transmissão direta de vídeo).</p>	<p>Prestação de cuidados de saúde</p>
<p>Informações sobre a sua saúde, incluindo: motivo da consulta/ato, antecedentes pessoais (doenças de infância, imunizações, hábitos, história ginecológica, alergias, medicação, doenças ativas, doenças inativas), antecedentes familiares (situações mais frequentes – diabetes, HTA, TP, cancro, vivo/falecido, causa de morte), exame clínico, diagnósticos, exames complementares, encaminhamento, alertas (diabetes, hipertensão, etc.), grupo sanguíneo; medicamentos prescritos, identificação do prescriptor, código do local de prescrição e dados da receita e regime especial de participação; ato e rúbrica do episódio realizado, data de início e fim do episódio, estado do episódio, profissional de saúde que executou o episódio, nº de episódio, tipo de episódio, indicação se existem resultados do episódio e identificador desses resultados;</p>	<p>No decurso da prestação de cuidados de saúde.</p>	<p>Prestação de cuidados de saúde</p>
<p>dados genéticos e dados relativos à vida sexual e orientação sexual. Informações relativas a ensaios / estudos clínicos: dados relativos à sua saúde, dados genéticos, hábitos quotidianos, origem racial ou étnica e dados relativos à vida sexual e orientação sexual (a especificar pelo monitor ou investigador do ensaio / estudo aquando do pedido de consentimento informado para a participação no ensaio / estudo – se aplicável)</p>	<p>No contexto da participação e decurso de ensaios ou estudos clínicos, caso tenha decidido participar nos mesmos.</p>	<p>Realização de estudos e ensaios clínicos</p>



CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS	MOMENTO DA RECOLHA DOS DADOS	FINALIDADE/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Informações relativas sondagens e inquéritos de satisfação: dados relativos à sua identificação, contacto e utilização dos serviços da CSJD, bem como a informação adicional que disponibilizar neste contexto, tal como a sua opinião sobre nós</p> <p>Informações relativas a contactos e sugestões: dados relativos à sua identificação, contacto, questões e sugestões sobre os serviços da CSJD</p> <p>Informações para efeitos de marketing: dados de identificação e de contacto (e-mail ou contacto telefónico) e dados demográficos ou relativos aos seus interesses e preferências, tais como: faixa etária, género, área de residência, frequência das visitas à CSJD, consultas e atos clínicos marcados e/ou realizados por si, meios de pagamento preferenciais</p>	<p>No contexto da realização de estudos não interventivos retrospectivos, quando sejam utilizados, de forma anonimizada ou pseudonimizada, os dados recolhidos no âmbito da prestação de cuidados de saúde</p> <p>Quando participa nas nossas sondagens e inquéritos de satisfação, respondendo aos mesmos.</p> <p>Quando nos contacta e/ou preenche os formulários disponibilizados</p> <p>Quando utiliza os nossos serviços, os dados inicialmente recolhidos serão utilizados quando tenha consentido no tratamento de dados para fins de marketing e envio de comunicações eletrónicas de marketing.</p>	<p>Realização de estudos retrospectivos</p> <p>Gestão da relação com o Cliente</p> <p>Gestão da relação com o Cliente</p> <p>Gestão da relação com o Cliente</p>

Nota: o dados serão recolhidos sob o suporte papel/digital.



3. PESSOAL AUTORIZADO A ACEDER AOS SEUS DADOS

Temos um sistema de controlo de acessos que garante apenas aos médicos e aos profissionais de saúde envolvidos na prestação dos seus cuidados de saúde o acesso aos seus dados, estando estes sob obrigação de sigilo profissional. Estes dados são reservados, mas eventualmente, no âmbito administrativo e decorrente dos serviços de saúde prestados, de marcação de consultas e atos clínicos ou para gestão dos seus pedidos de informação ou reclamações, poderá haver necessidade de algum pessoal administrativo aceder aos seus dados de saúde, estando estes também sujeitos a sigilo profissional.

Caso seja necessário que outras categorias profissionais acessem aos seus dados de saúde não obrigados a sigilo profissional, asseguraremos que tais colaboradores assumem as obrigações de confidencialidade adequadas e apenas tratarão os seus dados sob a responsabilidade e supervisão de um profissional sujeito a obrigação de sigilo profissional. Serão usados procedimentos de anonimização para assegurar que a eventual intervenção técnica nos sistemas permita a proteção de dados.

4. COMUNICAÇÃO DOS SEUS DADOS A TERCEIROS

A CSJD poderá transmitir os seus dados no âmbito da gestão dos sistemas e serviços de saúde, i.e. poderão ser transmitidos alguns dos dados relativos à prestação dos serviços e/ou satisfação dos Clientes às restantes entidades do grupo de saúde ao qual pertence o Grupo CSJD.

Poder-se-á também recorrer a entidades subcontratadas para a prestação de serviços (por ex.: realização de análises clínicas, anatomia patológica, radiologia, cobrança de faturas ou realização de inquéritos de satisfação), que tratarão os seus dados por nossa conta, com base em contratos específicos celebrados e cumprindo os requisitos da legislação aplicável e sempre em cumprimento com a política de dados da CSJD.

A CSJD poderá ainda ter de transmitir os dados pessoais dos seus utentes a entidades terceiras, sempre que tal se revele necessário e adequado para:



- a) Cumprimento de obrigação jurídica a que a CSJD esteja sujeito (informação do acompanhamento clínico hospitalar aos prestadores de cuidados de saúde referenciadores ou seguradoras);
- b) Cumprimento de obrigações legais/ordens judiciais (tribunais e órgãos de polícia criminal);
- c) Resposta a solicitações de autoridades públicas (ACSS, SPMS, ERS, IGAS, INFARMED, ARS, DGS...) ou governamentais com poderes para o efeito;
- d) Efeitos de certificação/acreditação e avaliação da qualidade;

Em qualquer das situações supramencionadas a CSJD compromete-se a tomar as medidas necessárias para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais e a eventual transmissão será apenas a necessária para o fim.

Para que os serviços prestados pela CSJD sejam abrangidos pelo seu seguro ou subsistema de saúde, os seus dados pessoais, incluindo os dados de saúde, poderão ainda ser comunicados à Companhia de Seguros ou ao subsistema de saúde de que seja beneficiário, estando estes obrigados a sigilo e responsáveis autónomos pelo tratamento dos seus dados. Os seus dados não clínicos podem ainda ser comunicados a entidades terceiras para efeitos de certificação, avaliação e medição dos níveis de serviço da sua Unidade de Saúde.

Em qualquer das situações acima mencionadas, comprometemo-nos a tomar todas as medidas necessárias para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais que tratamos.

5. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS

O período de conservação dos dados pessoais varia de acordo com a finalidade para que são guardados. Na CSJD este período é o estritamente necessário à prossecução das finalidades subjacentes ao seu tratamento. No entanto, em certos casos, por obrigações legais, poderemos estar obrigados a conservar os seus dados por um período de tempo mais alargado.

Os dados relativos à saúde são conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação hospitalar, excetuando (*i*) os dados necessários à prescrição



eletrónica de medicamentos, que serão conservados nos termos da Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho, alterada pela última vez pela Portaria n.º 390/2019, de 29 de outubro, e (iii) os dados necessários à faturação dos serviços prestados nas Unidades de Saúde, que serão conservados pelo prazo de 10 anos.

No que toca aos dados recolhidos com base no seu consentimento – para envio de comunicações informativas e de marketing – estes serão tratados até à retirada do consentimento. O tratamento dos dados tratados para a realização de sondagens e inquéritos de satisfação serão tratados enquanto forem necessários para a gestão e/ou realização de sondagens ou inquérito ou até à retirada do consentimento.

A CSJD, respeitando as garantias de sigilo e confidencialidade preconizados pelo RGPD, conservará os dados pessoais, de saúde e todo o processo clínico do utente pelo período necessário à prestação dos seus serviços, respetiva faturação e cumprimento de obrigações legais, bem como para cumprimento de prazos legalmente previstos para fins de investigação e ações judiciais.

6. CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SUA SEGURANÇA

Todos os dados pessoais são tratados pela CSJD no estrito cumprimento da legislação aplicável, sendo armazenados em base de dados específicas criadas para o efeito.

A CSJD assegurará sempre o cumprimento das deliberações da Comissão Nacional de Proteção de Dados no que toca a todos os contextos de recolha e tratamento de informação.

A CSJD assegura a confidencialidade, proteção e segurança dos dados pessoais dos seus utentes através da implementação das medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os seus dados contra qualquer forma de tratamento indevido ou ilegítimo e contra qualquer perda acidental ou destruição de dados. Para o efeito, dispõe de sistemas e equipas destinados a garantir a segurança dos dados pessoais tratados, criando e atualizando procedimentos que previnam acessos não autorizados, perdas acidentais e/ou destruição dos dados pessoais, comprometendo-se a respeitar a legislação relativa à proteção de dados pessoais dos utentes e a tratar estes dados



apenas para os fins para que foram recolhidos, assim como a garantir que estes dados são tratados com adequados níveis de segurança e confidencialidade.

Porque reconhece a sensibilidade destas informações, a CSJD adota práticas e normas em matéria de proteção de dados pessoais, com vista a assegurar o conhecimento por parte dos seus colaboradores/prestadores de serviços acerca das obrigações que lhes são impostas neste âmbito. Para garantir a permanente sensibilização dos seus colaboradores/prestadores de serviços, desenvolve ainda ações de formação junto dos mesmos, os quais assumem o compromisso de não revelar a terceiros ou utilizar para fins contrários à lei, qualquer informação pessoal dos utentes da CSJD cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções.

Qualquer quebra/falha de segurança que impliquem dados pessoais, nos termos da lei, será informada ao titular, assim como as medidas implementadas ou a implementar para a resolução acontecer.

7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

A qualquer momento o titular dos dados tem o direito a retirar o seu consentimento para o tratamento de dados nas situações em que o consentimento constitui o fundamento de legitimidade do respetivo tratamento, sem prejuízo do tratamento já efetuado até essa data com base no consentimento anteriormente prestado.

O titular dos dados tem também direito a:

1. Solicitar acesso aos dados que indicou;
2. Retificar os seus dados;
3. Limitar o seu tratamento;
4. Solicitar a sua portabilidade para entidade por si indicada.

Também a qualquer momento o utente pode solicitar a eliminação dos seus dados pessoais. O direito à eliminação de dados (direito ao apagamento de dados/direito a ser esquecido) poderá, no entanto, ser recusado se:

- a) Os dados pessoais ainda forem necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;



- b) Existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
- c) Os dados forem necessários ao exercício da liberdade de expressão e de informação;
- d) Os dados forem necessários para cumprimento de uma obrigação legal que exija o tratamento;
- e) Existirem motivos de interesse público no domínio da saúde pública;
- f) Os dados forem necessários para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou para fins estatísticos, na medida em que o apagamento seja suscetível de tornar impossível ou de prejudicar gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento;
- g) Os dados sejam relevantes para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

A existência de norma ou obrigação legal impeditiva inviabilizará a pretensão do requerente e legitimará a recusa, devidamente fundamentada, de apagamento por parte da CSJD.

Os direitos identificados podem ser exercidos mediante pedido escrito dirigido ao Encarregado de Proteção de Dados da CSJD, através do endereço de correio eletrónico dpo@saojoaodedeus.pt ou por carta remetida para à Clínica São João de Deus, Rua António Patrício, 25, 1749-098 Lisboa.

8. MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS

Em função do estado-da-arte, dos custos de implementação associados, da natureza dos dados e das finalidades do tratamento de dados, na prossecução da defesa dos direitos e liberdades dos titulares dos dados, fazemos um levantamento dos riscos, probabilidade e grau variáveis que permita desenvolver as soluções necessárias para assegurar um nível de segurança ajustado.

Estes procedimentos consistem tanto na formação dos profissionais como no levantamento de processos vários e é realizado regularmente para garantir a eficácia das medidas técnicas e organizativas adequadas à segurança do tratamento de dados.



9. DIREITO A RECLAMAR

Em situação de dúvida ou conflito não resolvido, a CJSD possui um DPO devidamente registado na Comissão Nacional de Proteção de Dados, que pode ser contactada por e-mail para geral@cnpd.pt, na morada de Rua de São Bento, nr. 148, 1200-031 Lisboa, telefone: 213928400 e consultada na morada de <https://www.cnpd.pt/>.

10. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A CSJD reserva-se o direito de, a qualquer momento, proceder a modificações ou atualizações à presente Política, sendo essas alterações devidamente atualizadas na sua página eletrónica: <https://www.saojoaodedeus.pt/>.

Caso estas alterações impliquem uma mudança substancial relativamente à forma como os seus dados serão tratados, notificá-lo-emos de tais alterações, através dos dados de contacto que nos tenha disponibilizado.

Data da última atualização 17/05/2024